

Socorrer os amigos

É possível que a falta de quórum nos trabalhos do Senado, que tantos males tem causado ao funcionamento correto do sistema político, desta vez venha em seu auxílio, pelo menos da perspectiva da estabilização da moeda. Quinta-feira última já não foi possível votar; para hoje, espera-se (malgrado o ceticismo do presidente do Senado, que melhor que ninguém conhece seus pares) que haja número para que se aprovelem pedidos do governador do Estado de São Paulo e do prefeito do município de São Paulo para que se autorize a emissão de títulos da dívida pública no valor conjunto de R\$ 2,2 bilhões! O melhor seria que faltasse quórum... Apesar de a alegação do governador Fleury e do prefeito Maluf coincidir em que essa emissão se destinará a pagar dívidas do Estado e do município cobradas em juízo, o Banco Central deu parecer contrário à autorização para lançamento dos novos títulos levando em consideração aspectos constitucionais e financeiros da operação.

Será ocioso discutir se o lançamento desses novos títulos se coaduna com a Emenda Constitucional nº 3, proibindo Estados e municípios de aumentar sua dívida mobiliária. Se o for e o Senado aprovar o lançamento dos papéis, caberá à direção do Banco Central ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal para sustar a colocação dos papéis. Da mesma maneira, é inútil discutir se os novos títulos serão de fato empregados para resgatar

dívidas judiciais ou para fazer novas obras. Dificilmente, o governador Fleury terá a audácia de começar obras faltando menos de dois meses para o término de seu mandato; poderá, se procederem algumas críticas, usar esse dinheiro para pagar atrasados do Tesouro e de estatais. Se isso acontecer, as bancadas que não a do PMDB na próxima Assembléia poderão argüir a responsabilidade do sr. Luiz Antônio Fleury Filho e o Tribunal de Contas do Estado (se até lá o irmão do governador não tiver sido indicado) desaprovam os pagamentos feitos, criando ao menos no papel uma difícil situação para Fleury. Acusa-se Maluf de pretender o empréstimo para executar obras — do que se defende o secretário de Finanças, afirmando ter remetido documentos comprobatórios de que o lançamento anterior foi usado apenas e exclusivamente para pagamento de dívidas judiciais.

Mais que esses aspectos, interessam outros, extremamente curiosos. Um deles obriga a uma pergunta: por que as lideranças do Senado aprovaram o pedido de urgência urgentíssima para votação dos dois pedidos? O não cumprimento dos precatórios judiciais por absoluta falta de verba ensejaria por acaso o enquadramento do prefeito e do governador em cri-



me de responsabilidade, ou permitiria a decretação do arresto da arrecadação para resgate do que é devido? Sentimento tão cavalheiresco não se vê com frequência no mundo político. Eis que de repente os líderes decidem dar seu inteiro apoio ao PMDB quercista de São Paulo e ao PPR na capital paulista, pretendendo que o plenário do Senado decida sem ouvir comissões técnicas. Ou seriam motivos outros, políticos, que estariam por detrás de tanta solidariedade?

O leitor recordará que, não há muito tempo, três senadores gaúchos cuidaram de manter aberta uma sessão do Senado até que houvesse quórum para votar a rolagem da dívida do Estado do Rio Grande do Sul — e que de lambuja rolaram também a de São Paulo, que só venceria em dezembro. Agora, os líderes querem votar — o que permite supor, em primeiro lugar, que a rolagem da dívida paulista já autorizada não é suficiente para pagar as dívidas judiciais (que deveriam ter entrado no pedido...) e que o município de São Paulo também não tem como honrar compromissos que deveriam constar do Orçamento! Os motivos políticos parecem evidentes: salve-se São Paulo (Estado e Capital) e salvem-se Fleury e Maluf para que no futuro outros Estados possam con-

tar com a simpatia dos quercistas e do PPR.

Seguramente, os senadores dispostos a votar esses dois pedidos não levam na mínima conta o que poderá significar para a vida financeira do País o lançamento de títulos no valor de R\$ 2 bilhões nas condições em que se sabe o mercado aceita papéis estaduais e municipais. O Banco Central está preocupado com o que significará, para a Capital, o aumento do serviço da dívida, especialmente

Poucos parecem importar-se com o futuro do Plano e com saber que geração pagará as dívidas de hoje

porque os títulos municipais se pautam, não se sabe por que razões, pelas regras de mercado que regem os estaduais, tão pouco valorizados que tiveram de ser trocados, recentemente, por títulos federais

para que o Banespa não visse piorada sua situação. Na verdade, a questão principal que se coloca é a seguinte: que geração vai pagar a dívida que os atuais governantes contraem, nem sempre ao amparo do rigor da lei? O dramático é que o Senado, que deveria impedir esse tipo de ação, está-se mostrando disposto a coonestá-la. Com isso, o Plano Real corre riscos, mas ninguém parece se preocupar. O importante, tudo leva a crer, é socorrer politicamente os amigos.